

A recuperação da credibilidade

ARNOLDO WALD

A assinatura, pelo Brasil, do acordo com o Clube de Paris representa a conclusão de uma negociação, iniciada em janeiro passado, para reintegrar o Brasil na comunidade financeira internacional, dentro do programa então traçado pelo Ministro da Fazenda. Num semestre, puderam ser concluídos, sucessivamente, os entendimentos com os bancos credores, com o Fundo Monetário Internacional e, agora, com os governos dos países industrializados. Além da velocidade nas decisões, é preciso reconhecer as excelentes condições obtidas pelos negociadores, seja quanto aos longos prazos de pagamento e carência, seja no tocante à minimização dos encargos financeiros. Nenhum outro devedor, por mais privilegiada que fosse a sua situação, conseguiu melhores resultados e os recentes acordos foram os mais interessantes para o nosso país em toda a discussão da dívida brasileira, conforme, aliás, reconheceu, recentemente, o professor Pastore, com a sua experiência de antigo presidente do Banco Central.

Houve, assim, uma rápida e impressionante reversão da posição brasileira e da nossa imagem no quadro internacional, cujas consequências já estão sendo vislumbradas. Efetivamente, há possibilidade de novos financiamentos assegurados, no campo do comércio internacional, pelos Estados Unidos e pela Itália, devendo manifestar-se, no mesmo sentido, todos os demais países-membros do Clube de Paris, como já foi salientado, no fim da semana passada, no momento da conclusão das respectivas negociações. A repercussão dos acordos se reflete nos investimentos estrangeiros que estão sendo examinados e na entrada crescente de recursos novos para o mercado de capitais. No correr do tempo, é certo que até financiamentos estrangeiros poderão ser encaminhados para a nossa economia pois recuperamos a credibilidade que constitui a premissa para ocuparmos a nossa posição no cenário mundial.

A abertura da economia brasileira não deixa de ser uma consequência lógica e coerente da própria abertura política, já que sempre se concebeu a liberdade

econômica e a liberdade política como necessariamente complementares uma da outra. Por outro lado, a recente evolução dos entendimentos internacionais consagra a existência de "um mundo só", na terminologia usada nos anos quarenta por Wendell Wilkie. A divisão em grupos regionais cada vez mais densos não retira ao mundo hodierno sua unidade comercial e tecnológica. Assim sendo, um país como o nosso, que já possui uma das dez primeiras economias do Mundo e que prevê, este ano, um superávit nas exportações de cerca de 15 bilhões de dólares, evidentemente não pode ser marginalizado em virtude de viver numa economia fechada.

Os nossos acordos internacionais da dívida, precedendo outros, vão permitir maiores investimentos no País, reconhecendo-se a incontestável necessidade de modificação de algumas disposições da nova Constituição, para nos dar a necessária segurança no plano político e econômico e para garantir a imediata retomada do desenvolvimento.

Definidos os traços básicos da estrutura política do País e um cro-

nograma viável para o pagamento da dívida externa, consagra-se a abertura em todos os sentidos. Assim sendo, o momento atual já permite e exige a concentração do governo na luta contra o déficit público, na redução e seletividade das despesas governamentais, na privatização via mercado e no maior aparelhamento do serviço de arrecadação. Essa política poderá ser executada de modo racional, coerente e contínuo, sem que se justifique qualquer pânico ou histeria. Estando no caminho certo, não é hora de soluções emocionais, de desvios ou de volta a práticas discutíveis que não deram certo no passado, estando o País ciente que pagamos, hoje, o preço desses erros. A orientação inicialmente traçada, há seis meses, e já vencedora no plano internacional deve ser mantida para que o Brasil consiga ser um Estado moderno, integrado no Mundo, modesto na sua atuação e eficiente nos resultados econômicos e sociais obtidos para a sua população, a curto, médio e longo prazos.

Arnoldo Wald é presidente da Comissão de Valores Mobiliários